

# **DECRETO Nº 13.407 DE 01 DE NOVEMBRO DE 2011**

(Publicado no Diário Oficial de 02/11/2011)

**Procede à Alteração nº 149 ao Regulamento do ICMS e dá outras providências.**

**O VICE-GOVERNADOR, NO EXERCÍCIO DO CARGO DE GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos Convênios ICMS 102/11, 103/11, 104/11 e no Ajuste SINIEF 10/11

## **D E C R E T A**

**Art. 1º** Os dispositivos do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, indicados a seguir, passam a vigorar com as seguintes redações:

**I** - o inciso VI do art. 17 (Conv. ICMS 104/11):

“VI - até 30/04/14, nas entradas decorrentes de importação do exterior realizadas pela Fundação Nacional de Saúde e pelo Ministério da Saúde, por meio da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos, CNPJ base 00.394.544, ou qualquer de suas unidades, dos produtos imunobiológicos, kits diagnósticos, medicamentos e inseticidas, relacionados no anexo único do Conv. ICMS 95/98, destinados às campanhas de vacinação, Programas Nacionais de combate à dengue, malária, febre amarela, e outros agravos promovidas pelo Governo Federal;”;

**II** - o inciso IV do art. 32, mantida a redação de suas alíneas (Conv. ICMS 104/11):

“IV - até 30/04/14, nas operações internas e no desembaraço aduaneiro de veículos automotores, máquinas e equipamentos, quando adquiridos ou importados pelos Corpos de Bombeiros Voluntários, constituídos e reconhecidos como de utilidade pública por lei municipal, para utilização nas suas atividades específicas, sendo que (Convs. ICMS 32/95):”;

**III** - os incisos XVII e XX do art. 32 (Conv. ICMS 104/11):

“XVII - até 30/04/14, nas operações com preservativos, classificados no código 4014.10.00 da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias - Sistema Harmonizado - NBM/SH, desde que o contribuinte abata do preço da mercadoria o valor equivalente ao imposto que seria devido se não houvesse a isenção, indicando expressamente no documento fiscal (Convs. ICMS 116/98):”;

“XX - até 30/04/14, nas entradas decorrentes de importação e saídas de equipamentos e insumos destinados à prestação de serviços de saúde, indicados no anexo 93, classificados pela NBM/SH, desde que a operação não seja tributada ou tenha tributação com alíquota reduzida a zero, relativamente ao imposto sobre produtos industrializados ou ao imposto de importação (Conv. ICMS 01/99):”;

**IV** - o inciso XLIV do *caput* do art. 87:

“XLIV - das operações internas com computador de mesa (desktop),

computador portátil (notebook e tablet), de forma que a carga tributária incidente corresponda a 12% (doze por cento);”;

**V** - o inciso LVI do *caput* do art. 87:

“LVI - das operações internas com vinhos nacionais da posição NCM 2204, de forma que a carga de ICMS corresponda a 12% (doze por cento).”;

**VI** - o § 3º do art. 231-D (Ajuste SINIEF 10/11):

“§ 3º A concessão da Autorização de Uso:

I - é resultado da aplicação de regras formais especificadas no Manual de Integração - Contribuinte e não implica a convalidação das informações tributárias contidas na NF-e;

II - identifica de forma única uma NF-e através do conjunto de informações formado por CNPJ do emitente, número, série e ambiente de autorização.”;

**VII** - o inciso I do § 1º do art. 231-J (Ajuste SINIEF 10/11):

“I - a NF-e deverá ser transmitida para o Sistema de Contingência do Ambiente Nacional (SCAN) - Receita Federal do Brasil ou para o Sistema de Sefaz Virtual de Contingência (SVC), observado o disposto nos arts. 231-D, 231-E, 231-F;”;

VIII - o § 14 do art. 231-J (Ajuste SINIEF 10/11), mantendo a redação de seus incisos:

“§ 14. Considera-se emitida a NF-e o CT-e em contingência, tendo como condição resolutória a sua autorização de uso:”;

**IX** - a alínea “c” do inciso II do § 3º do art. 824-B:

“c) fabricantes ou revendedores de veículos automotores, nas saídas destes veículos.”.

**X** - descrição do código “NCM 8471” do Anexo 5-A:

“Código NCM	DESCRIÇÃO
8471	Máquinas automáticas para processamento de dados e suas unidades; leitores magnéticos ou ópticos, máquinas para registrar dados em suporte sob forma codificada e máquinas para processamento desses dados, não especificadas nem compreendidas em outras posições, exceto computador de mesa (desktop), computador portátil (notebook e tablet).”

**Art. 2º** Ficam acrescentados ao Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997, os seguintes dispositivos:

**I** - o inciso XIV ao *caput* do art. 17 (Conv. ICMS 103/11):

“XIV - as operações realizadas com os fármacos e medicamentos relacionados no Conv. ICMS 103/11, derivados do plasma humano coletado nos hemocentros de todo o Brasil, efetuadas pela Empresa

Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia - Hemobrás, desde que:

- a) os medicamentos estejam beneficiados com isenção ou alíquota zero dos Impostos de Importação ou sobre Produtos Industrializados;
- b) a parcela relativa à receita bruta decorrente das operações previstas neste inciso esteja desonerada das contribuições do PIS/PASEP e COFINS.”;

**II** - o inciso LVII ao *caput* e o § 16 ao art. 87 (Conv. ICMS 102/11):

“LVII - das operações internas e interestaduais realizadas pelas cooperativas singulares de produtores agropecuários e extrativistas vegetais de mercadorias recebidas de seus associados ou dos produtos resultantes de industrialização ou beneficiamento, de forma que a carga tributária resulte em 3 % (três por cento), observado o disposto no § 16 (Conv. ICMS 102/11);”;

“§ 16. A redução de que trata o inciso LVII aplica-se até o limite de anual de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil reais) de faturamento por associado.”;

**III** - o inciso XXVII ao art. 105 (Conv. ICMS 102/11):

“XXVII - às entradas de mercadorias e insumos, bem como aos serviços tomados, vinculados à redução de base de cálculo prevista no inciso LVII do *caput* do art. 87 (Conv. ICMS 102/11).”;

**IV** - o § 1º-A ao art. 231-G (Ajuste SINIEF 10/11):

“§ 1º-A. A partir de 1º de julho de 2012 não poderá ser utilizada CC-e em papel para sanar erros em campos específicos de NF-e.”

**V** - o § 3º ao art. 231-O (Ajuste SINIEF 10/11):

“§ 3º As NF-e que, nos termos do inciso II do § 3º do art. 231-D, forem diferenciadas somente pelo ambiente de autorização deverão ser regularmente escrituradas, com a indicação das razões para esta ocorrência.”;

**VI** - o inciso LXXXIV ao *caput* do art. 343:

“LXXXIV - nas saídas internas de rocha bruta “in natura”, proveniente da lavra de jazidas de minério de cobre, destinadas ao refino e concentração ou ao processo de lixiviação, para o momento da saída do produto resultante”.

**Art. 3º** Os dispositivos do Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

**I** - a alínea “d” do inciso I do *caput* do art. 2º:

“d) de pasta química de madeira conífera à soda e ao sulfato, branqueada - NCM 4703.21.00; poliacrilato de sódio - NCM 3906.90.44; adesivos - NCM 3506.91.10 e 3506.91.90; velcro NCM 5603.13.90; falso tecido/não tecido - TNT - NCM 5603.12.90, 5603.13.90 e 5603.92.90,

todos destinados à fabricação de fraldas descartáveis e absorventes higiênicos;”.

**II** - o inciso XXXVI do *caput* do art. 2º:

“XXXVI - nas operações internas com os produtos listados a seguir, desde que destinados a estabelecimento industrial produtor de tolueno diisocianatos (TDI) que tiver obtido, mediante Resolução do Conselho competente, aprovação técnica para fruição de incentivo fiscal concedido por este Estado, para o momento em que ocorrer a saída dos produtos resultantes da industrialização;”;

**Art. 4º** Fica acrescentado ao Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, os seguintes dispositivos:

**I** - a alínea “t” ao inciso IX do *caput* do art. 2º:

“t) cordoalha de aço galvanizado - NCM 7312.10.90;”;

**II** - o inciso XCII ao *caput* do art. 3º:

“XCII - 2424-5/01 - produção de arames de aço.”.

**Art. 5º** Revogam-se as disposições em contrário e, em especial, os seguintes dispositivos do Regulamento do ICMS, aprovado pelo Decreto nº 6.284, de 14 de março de 1997:

**I** - o parágrafo único do art. 21;

**II** - o § 6º do art. 359;

**III** - § 1º do art. 507.

**Art. 6º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de:

**I** - 01 de janeiro de 2012, relativamente ao disposto no inciso IX do art. 1º;

**II** - 01 de dezembro de 2011, relativamente ao disposto nos incisos II e III do art. 2º;

**III** - 01 de novembro de 2011, relativamente aos demais dispositivos.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de novembro de 2011.

**OTTO ALENCAR**

Governador, em exercício

Carlos Mello

Secretário da Casa Civil, em exercício

Carlos Martins Marques de Santana

Secretário da Fazenda